



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

336º Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Ata da ordem dos dias 13 e 14 de março de 2025

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 336ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 13/03/2025 e 14/03/2025

1 Nos dias treze e quatorze de março de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 336ª Reunião Ordinária
2 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Edgilson
3 Tavares de Araújo, Presidente do CNAS e Representante do Ministério do Desenvolvimento e
4 Assistência Social, Família e Combate à Fome. **ABERTURA – Dia 13/03/2025 - Manhã:** O Sr.
5 Conselheiro Edgilson Tavares de Araújo deu início à reunião após a verificação do quórum,
6 ressaltando a extensa pauta que incluía a aprovação de duas resoluções. A pauta abrangia a aprovação
7 dessas resoluções, a discussão sobre as Conferências Livres Nacionais de 2025, a definição dos
8 critérios para a 14ª Conferência Nacional, a logística de alimentação e transporte para os delegados,
9 a avaliação das demandas de acessibilidade, a formação de parcerias e a discussão sobre o Prêmio
10 Simone Albuquerque. Ademais, foram apresentadas propostas para a inclusão de grupos específicos
11 e a simplificação da linguagem dos documentos. Após a apresentação da pauta para leitura e
12 aprovação, a Sra. Emilene Oliveira Araújo sugeriu a retirada dos relatos de comissões que não
13 ocorreram. O Sr. Raimundo Nonato Lopes de Souza questionou a permanência do debate sobre a
14 resolução de benefícios eventuais, enquanto a Sra. Márcia de Carvalho Rocha propôs a inclusão de
15 uma nota de repúdio em apoio às mães de pessoas com deficiência em Búzios. A pauta foi aprovada.
16 Em seguida, foi realizada a análise da ata da reunião anterior e discutidas as Conferências Livres
17 Nacionais de 2025. A Sra. Shirley de Lima Samico apresentou uma proposta para a realização de
18 conferências temáticas sem a eleição de delegados, enfatizando a importância da participação dos
19 secretários executivos e a validação do Informe 2, que foi aprovado após sugestão da Sra. Márcia de
20 Carvalho Rocha de tornar o texto mais fluido. A nova planilha com os critérios para a 14ª Conferência
21 Nacional foi apresentada, confirmando uma média de 1.800 delegados e garantindo paridade entre a
22 sociedade civil e o governo, sem redução na representação em relação à conferência anterior. O Sr.
23 Edgilson elogiou o trabalho da Sra. Shirley, destacando a reparação histórica para as regiões Norte e
24 Nordeste. A Sra. Irene Rodrigues da Silva esclareceu que os números incluíam apenas delegados
25 municipais e estaduais. A Sra. Aldenora Gomes Gonzalez propôs a inclusão de povos e comunidades
26 tradicionais nas cotas para diversidade, e o Sr. Edgilson confirmou que haverá uma normativa

garantindo 30% de cotas para grupos específicos. A importância de simplificar a linguagem dos documentos foi ressaltada, conforme sugerido pela Sra. Maria Aparecida Guerra Vicente, e a proposta de melhoria no fluxo de informações foi aprovada. A Comissão Organizadora foi encarregada de definir a logística de alimentação e transporte para os delegados. Durante a discussão sobre o kit de alimentação, a Sra. Márcia de Carvalho Rocha expressou dificuldades em definir um modelo que atendesse a todas as necessidades alimentares. A Sra. Thais Pereira Braga ressaltou que a definição do que será oferecido impacta diretamente no termo de referência, enquanto a Sra. Andréia Fernandes Teixeira sugeriu um kit flexível. A Sra. Irene Rodrigues da Silva compartilhou experiências negativas com kits lunch, e o Sr. Clóvis Alberto Pereira concordou, argumentando que o coffee break promove mais interação. A Sra. Keure Chamse Afonso de Oliveira destacou o desafio logístico e a necessidade de controlar a quantidade de alimentos especiais. A Sra. Amanda Simone Silva propôs a criação de vários pontos de distribuição para o coffee break, evitando desperdício, e a Sra. Márcia de Carvalho Rocha reconheceu o consenso sobre a rejeição do kit lunch. Foi sugerido que as atividades sejam suspensas simultaneamente para o lanche, com a logística a ser discutida com a empresa responsável. A Sra. Irene Rodrigues da Silva sugeriu múltiplos espaços para a logística do coffee break, e a Sra. Margareth Alves Dallaruvera garantiu que a qualidade nutricional será considerada. A Sra. Márcia de Carvalho Rocha pediu aprovação para os encaminhamentos, que foram consensualmente aceitos. Em seguida, foi discutida a formação de uma equipe de conselheiros para avaliar as demandas de acessibilidade, com a proposta da Sra. Márcia de Carvalho Rocha de que a Subcomissão de Comunicação e Mobilização de Recursos auxiliasse na construção de formulários para monitorar essas necessidades, proposta que foi aprovada. No que diz respeito à Subcomissão Técnico-Científica, a apresentação do Informe CNAS número 1, 2025, foi aprovada, e a Sra. Márcia de Carvalho Rocha destacou o encaminhamento da Comissão Organizadora para apresentar conteúdos relevantes nas reuniões trimestrais. A Sra. Ana Lúcia sugeriu contato com o curso de terapia ocupacional da Universidade de Brasília para acolher pessoas neuro diversas, o que foi bem recebido, e a Sra. Maria Carolina mencionou a importância de um espaço para crianças durante a conferência, lembrando a "Casa do Brincar". O Sr. Clóvis Alberto Pereira apoiou a ideia de acolhimento infantil, sugerindo parcerias com entidades para atividades lúdicas, e propôs incluir pessoas com deficiência na equipe de comunicação. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo sugeriu que a Subcomissão de Apoio Administrativo desenvolvesse uma proposta de chamamento público para entidades da sociedade civil. Ressaltou a necessidade de informar a Empresa Brasil de Comunicação, EBC, e a Organização

das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, FAO, sobre patrocínios, incluindo a Inframérica e a Associação Hoteleira como potenciais patrocinadores, além da necessidade de um espaço de acolhimento no aeroporto. A discussão avançou para o Prêmio Simone Albuquerque, quando foi sugerida a formação de uma comissão externa para avaliação do prêmio, composta por convidados de diferentes entidades. O Sr. Clóvis Alberto Pereira propôs incluir uma nova categoria para experiências inovadoras em participação social, destacando práticas de comissões locais. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo aprovou as propostas, sugerindo que a avaliação não envolvesse conselheiros para garantir imparcialidade. **Dia 13/03/2025 - Tarde:** O Sr. Conselheiro Edgilson Tavares de Araújo iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes, incluindo aqueles que estavam conectados online. Solicitou a projeção dos informes da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social para leitura, destacando a necessidade de ajustes. Durante a leitura do Informe do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 03 de 2025, que apresenta recomendações para garantir a participação e acessibilidade nas conferências, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo enfatizou a importância de ações proativas. Sugeriu que as comissões organizadoras incluam uma subcomissão dedicada a acompanhar as questões de acessibilidade, além de consultar guias sobre o tema. A discussão também envolveu a criação de uma subcomissão com a participação de pessoas com deficiência, visando atender a necessidades específicas e coletar informações sobre demandas no momento da inscrição. A Sra. Juicy Leite, o Sr. Clóvis Alberto Pereira, a Sra. Andréia Fernandes Teixeira e o Sr. Ismael Ultino Tavalone debateram itens essenciais para garantir acessibilidade durante os eventos, como acolhimento prioritário, atendimento especializado, sinalização adequada e materiais em formatos inclusivos, como braille e textos ampliados. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo destacou a importância de construir rampas, disponibilizar intérpretes de Libras e criar áreas reservadas para pessoas com deficiência e idosos. A Sra. Juicy Leite sugeriu modificar a linguagem para "deverá ser planejada e ofertada", ressaltando que a acessibilidade deve ser garantida. O Sr. Clóvis Alberto Pereira propôs retirar a menção a "comportamentos capacitistas" e focar em uma linguagem acessível, incluindo a necessidade de tradutores para povos indígenas. A Sra. Andréia Fernandes Teixeira pediu a simplificação do termo "entendimento" para "facilitar a participação". O Sr. Edgilson Tavares de Araújo sugeriu incluir a audiodescrição nas orientações para os palestrantes e padronizar o uso do termo "pessoas com deficiência". O Sr. Ismael Ultino Tavalone destacou a importância de ter pessoal capacitado para oferecer suporte personalizado e propôs usar "apoio" em vez de "atendimento". O Sr. Clóvis Alberto

89 Pereira levantou a questão da entrada de cães-guia e sugeriu retirar a referência, enfatizando a
90 necessidade de sinalização adequada, incluindo piso tátil. A discussão sobre o material impresso
91 levou à proposta de imprimir conforme a demanda nas fichas de inscrição, evitando uma porcentagem
92 fixa. A Sra. Andréia Fernandes Teixeira concordou e solicitou a padronização das fichas, propondo
93 que fossem enviadas para revisão por conselheiros com deficiência. O Sr. Ismael Ultino Tavalone
94 destacou a importância de fornecer materiais de discussão antecipadamente, garantindo um prazo
95 adequado para inclusão. A questão das inscrições em conferências municipais foi levantada, com a
96 necessidade de um processo de divulgação acessível, considerando a dificuldade de atender
97 necessidades em municípios pequenos. O Sr. Conselheiro Jairo enfatizou que a discussão sobre
98 acessibilidade deve respeitar as realidades locais, e o Sr. Ricardo de Santana Marques discutiu a
99 realidade dos municípios que não realizam pré-inscrições, sublinhando a importância de um processo
100 inclusivo. O Sr. Clóvis Alberto Pereira sugeriu que a acessibilidade na conferência deve ser baseada
101 nas demandas identificadas nas inscrições e que, na ausência de inscrição, um número mínimo de
102 materiais acessíveis deve ser garantido. A Sra. Andréia Fernandes Teixeira reforçou a visibilidade
103 das recomendações, ressaltando que elas promovem reconhecimento à inclusão. O Sr. Edgilson
104 Tavares de Araújo conduziu a discussão sobre a aprovação do texto final da recomendação, pedindo
105 que fosse claro sobre a natureza das recomendações e o respeito às particularidades de cada
106 município. O Sr. Ismael Ultino Tavalone comentou sobre a necessidade de garantir respeito aos
107 usuários durante as conferências, mencionando experiências de desrespeito por parte de gestores. A
108 Sra. Aldenora Gomes Gonzalez expressou solidariedade ao Sr. Ismael Ultino Tavalone, reconhecendo
109 a recorrência do desrespeito e a importância de respeitar todos os segmentos. O Sr. Clóvis Alberto
110 Pereira alertou sobre o capacitismo, enfatizando que populações vulneráveis frequentemente
111 enfrentam discriminação. A Sra. Margareth Alves Dallaruvera compartilhou uma experiência similar,
112 sublinhando a necessidade de respeito mútuo entre conselheiros. O Sr. Ricardo de Santana Marques
113 concordou com a gravidade da situação e ressaltou a importância do respeito a todos os conselheiros.
114 Quanto à organização das conferências, foi sugerido disponibilizar testes de COVID-19 apenas para
115 quem apresentasse sintomas, mas a preocupação sobre o que fazer com delegados que testem positivo
116 foi levantada. A Sra. Irene Rodrigues da Silva propôs agir conforme orientações de saúde, sem
117 descartar a pauta com base em um único argumento, e sugeriu ter um plano para situações imprevistas.
118 A Sra. Aldenora Gomes Gonzalez sugeriu distribuir kits de álcool em gel e máscara a todos os
119 participantes no credenciamento, destacando a importância do cuidado coletivo. A Sra. Ana Lúcia

propôs incluir informações sobre cuidados de saúde no manual do participante, sugerindo também a inclusão de preservativos. Os encaminhamentos aprovados incluíram solicitar apoio da Secretaria de Saúde do Distrito Federal para questões de saúde no evento e incluir informações sobre saúde e prevenção no manual. **Dia 14/03/2025 - Manhã:** O Sr. Edgilson Tavares de Araújo iniciou a trigésima sexta reunião ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, desejando bom dia a todos. Propôs uma alteração na ordem da pauta, sugerindo que a discussão sobre a regulamentação dos benefícios eventuais fosse priorizada, devido a um atraso no início da reunião. A Sra. Ana Lúcia Soares agradeceu pela oportunidade de conduzir o debate, destacando a necessidade de uma atualização após 14 anos, uma vez que as mudanças na legislação de 2011 ampliaram o escopo dos benefícios eventuais, o que não estava contemplado pela resolução de 2006. A Sra. Ana Lúcia Soares enfatizou que a nova legislação transforma o "poderão" em uma imposição legal, estendendo os benefícios eventuais para além dos casos de natalidade e morte, incluindo situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Expressou preocupação com a ausência de regulamentação ao longo dos anos, argumentando que a assistência social não poderá romper com o clientelismo se continuar a ser encarada apenas como doações ou esmolas. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo também observou que, após 30 anos, os benefícios eventuais no Brasil ainda se restringem a auxílio por nascimento e morte, além das cestas básicas herdadas da Legião Brasileira de Assistência, LBA. A Sra. Ana Lúcia Soares compartilhou sua experiência ao ser contratada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, em 2015, onde definiu o conceito de vulnerabilidade temporária, essencial para a concessão desses benefícios. Criticou a forma como a vulnerabilidade é percebida, ressaltando a necessidade de uma definição clara para garantir a eficácia das políticas assistenciais. Defendeu que a assistência social deve ter um campo de atuação próprio, focando em inseguranças sociais específicas, em vez de ser vista apenas como extensão de outras políticas. A Sra. Ana Lúcia Soares apresentou três características fundamentais do benefício eventual: temporalidade, prontidão e integração de serviços. Defendeu que a autonomia dos usuários deve ser compreendida como a capacidade de gerir suas vidas e direitos, indo além de um aspecto meramente econômico. A Sra. Amanda Simone Silva comentou a necessidade de atualizar a resolução sobre benefícios eventuais, que está desatualizada desde 2006, e explicou que, após a criação do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, em 2011, a regulamentação passou a ser responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal. A Sra. Irene Rodrigues da Silva reforçou a conexão entre insegurança alimentar e outras vulnerabilidades, enfatizando que apenas entregar cestas básicas não resolve o problema da

151 fome. Propôs um alinhamento entre as políticas de assistência social e segurança alimentar,
152 priorizando soluções sustentáveis que promovam a autonomia das famílias. O Sr. Clóvis Alberto
153 Pereira acrescentou que a implementação de equipamentos do Centro Integrado de Segurança
154 Alimentar e Nutricional, CISAM, nos municípios é desafiadora e destacou o papel dos Centros de
155 Referência de Assistência Social, CRAS, na seleção e acompanhamento das famílias atendidas. A
156 Sra. Jucileide Ferreira do Nascimento sugeriu retomar as discussões sobre benefícios eventuais,
157 enfatizando a importância de um entendimento comum sobre os conceitos envolvidos, especialmente
158 em relação a outras políticas. O Sr. Ismael Ultino Tavalone fez perguntas sobre a inclusão de pessoas
159 com deficiência intelectual nos benefícios eventuais, enquanto o Sr. Ricardo de Santana Marques
160 destacou a persistência do assistencialismo e a necessidade de reconhecer a vulnerabilidade como
161 resultado de um sistema discriminatório. O Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola ressaltou a
162 importância de integrar serviços e benefícios, afirmando que os benefícios eventuais devem fazer
163 parte da proteção social especial. O Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão advertiu que o
164 Centro de Referência de Assistência Social, CRAS, não deve ser um mero depositário de benefícios,
165 mas sim um espaço estratégico para a gestão territorial. O Sr. Rafael Machado abordou a inclusão da
166 população em situação de rua nos benefícios eventuais, criticando a falta de reconhecimento desse
167 grupo nas políticas atuais e as dificuldades enfrentadas para acessar benefícios como o aluguel social.
168 A Sra. Jucileide Ferreira do Nascimento lamentou a falta de recursos nos Centros de Referência de
169 Assistência Social, CRAS, e criticou a não consideração da população em situação de rua como
170 família, o que limita seu acesso a benefícios. O Sr. Rafael Machado também enfatizou a falta de
171 diálogo entre as proteções sociais básica e especial, dificultando a intersetorialidade, e compartilhou
172 sua experiência pessoal ao sair de um abrigo e como a falta de integração entre serviços dificultou
173 seu acesso ao emprego e à habitação. O Sr. Daniel Demonte Moreira abordou a necessidade de
174 entender os conceitos relacionados aos benefícios e à formação dos trabalhadores na assistência
175 social, destacando que esses conceitos devem ser discutidos na formação profissional, alertando sobre
176 a exclusão gerada por políticas mal formuladas. A Sra. Ana Lúcia Soares foi convidada a encerrar a
177 discussão, levando em consideração as colocações feitas e a importância de um diálogo efetivo entre
178 as diversas políticas de assistência social para melhorar o atendimento e o reconhecimento dos
179 direitos dos usuários. O Sr. Daniel Demonte Moreira ressaltou a relevância de um diálogo mais amplo
180 para lidar com a burocracia dos benefícios eventuais, sugerindo uma articulação entre diferentes
181 instâncias de pesquisa e questionando se alguns municípios exigem o Cadastro Único para acesso aos

182 benefícios, enfatizando que essa condicionalidade não deveria ser necessária, especialmente em
183 situações de desastre. A Sra. Amanda Simone Silva sublinhou a complexidade das situações
184 enfrentadas, como a necessidade de transporte para famílias em emergências, defendendo que os
185 benefícios eventuais devem ser regulamentados e acessíveis, independentemente do Cadastro Único,
186 além de enfatizar a qualidade da assistência, incluindo segurança alimentar. O Sr. Clóvis Alberto
187 Pereira abordou a estrutura do Centro Integrado de Segurança Alimentar e Nutricional, CISAM, e a
188 falta de recursos, ressaltando a importância da articulação no combate à fome. Por fim, o Sr. Regis
189 Aparecido Andrade Spindola ressaltou a relevância de discutir a definição de emergências e desastres
190 no contexto da assistência social, sugerindo que a assistência deve ter autonomia para declarar
191 situações de emergência sem depender exclusivamente da defesa civil. O Sr. Edgilson Tavares de
192 Araújo finalizou destacando a complexidade da vulnerabilidade gerada pela perda de entes queridos,
193 que vai além do aspecto financeiro e impacta o convívio e a segurança familiar. O debate evidenciou
194 a necessidade de políticas mais integradas e acessíveis, que considerem a realidade das pessoas em
195 vulnerabilidade e a urgência de regulamentações que assegurem direitos e serviços essenciais. **Dia**
196 **14/03/2025 - Tarde:** O Sr. Edgilson Tavares de Araújo iniciou a reunião, confirmando a presença de
197 quórum e apresentando a pauta, que incluía relatórios das Comissões de Políticas, Presidência,
198 Finanças e Orçamento, e a Comissão de Acompanhamento e Controle, CAC. O Sr. Regis Aparecido
199 Andrade Spindola mencionou o planejamento estratégico realizado nos dias 11 e 12 de março, que
200 incluiu a construção de uma matriz SWOT e uma metodologia de trabalho. A pauta trouxe uma
201 proposta de resolução do Sistema Nacional de Assistência Social, SNAS, sobre a busca ativa de
202 famílias em vulnerabilidade. A Sra. Débora e o Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão
203 comentaram sobre a revisão da instrução normativa relacionada à busca ativa, enfatizando a
204 importância de incluir essas populações no Cadastro Único. O Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola
205 apresentou a proposta de resolução, que orienta estados e municípios na busca ativa de famílias em
206 situação de vulnerabilidade, com ênfase nos grupos tradicionais. A proposta foi submetida à plenária
207 para apreciação, ressaltando a importância da inclusão no Cadastro Único. Durante a leitura da
208 orientação técnica sobre a busca ativa, foi destacada a necessidade de colaboração entre a rede
209 socioassistencial e a sociedade civil para alcançar as famílias vulneráveis, garantindo seu acesso aos
210 serviços. O Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola finalizou sua apresentação enfatizando a
211 articulação entre as equipes do Cadastro Único e os serviços socioassistenciais, reforçando que a
212 busca ativa é crucial para a inclusão. A discussão prosseguiu sobre a proposta de resolução e as

orientações técnicas, com foco no aprimoramento dos serviços para as famílias em vulnerabilidade. O papel dos profissionais do SUAS na busca ativa foi ressaltado, assim como as dificuldades que várias famílias enfrentam, como o desconhecimento de direitos e o acesso limitado aos serviços. A busca ativa visa identificar situações de vulnerabilidade, sistematizar informações e ampliar o conhecimento social. O Sr. Ismael Ultino Tavalone destacou que a inclusão de famílias de baixa renda no Cadastro Único é fundamental para refletir a realidade socioeconômica e garantir acesso aos serviços. O papel dos governos federal, estadual e municipal foi discutido, enfatizando que cada um deve cumprir suas competências específicas para apoiar a busca ativa. As ações de busca ativa devem ser intersetoriais, envolvendo diferentes setores e fortalecendo parcerias com organizações da sociedade civil. O Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola sugeriu a inclusão de um glossário atualizado para refletir as mudanças nas políticas. Durante o debate, alguns conselheiros expressaram preocupações sobre mudanças de nomenclaturas, enfatizando a importância de um debate coletivo. Questões sobre a valorização dos trabalhadores envolvidos na busca ativa também foram levantadas, considerando as responsabilidades orçamentárias. Foi acordado que a busca ativa deve ser uma responsabilidade do Estado, com a possibilidade de parcerias, mas sem delegar a função. O grupo concordou em buscar um entendimento claro sobre terminologias e práticas, respeitando as identidades dos grupos atendidos. Após um extenso debate, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo propôs a elaboração de um texto de consenso que incorporasse as sugestões apresentadas. A Sra. Débora e o Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão foram designados para criar a nova versão da resolução, que será discutida na próxima reunião. Por fim, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo ressaltou a importância da colaboração para fortalecer as políticas de assistência social e a inclusão das famílias em vulnerabilidade. **ENCERRAMENTO:** Após os agradecimentos finais, o Sr. Conselheiro Edgilson Tavares de Araújo declarou encerrada a Reunião.

Edgilson Tavares de Araújo

**Presidente do CNAS e Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome**

241

Brasília/DF

242

Março de 2025